

A esquerda, a crise e a crise da esquerda

João Martins Pereira

Não tendo acompanhado de perto tudo o que tem sido dito e escrito sobre a presente crise governamental, começo por advertir que não deve este texto ser entendido como réplica a outros. Não haverá citações, nem «contra-argumentação».

E se faço tal chamada de atenção isso deve-se tão-só ao facto de saber terem sido publicados alguns artigos defendendo posições que sumariamente classificarei como «presidencialistas de esquerda». Com um pouco mais de rigor, julgo que se tratará de facto de análises em que se detectam certas potencialidades, na perspectiva da esquerda portuguesa, numa «maior intervenção presidencial». Mais, e importante, esses textos viriam assinados por conhecidos intelectuais não ligados a qualquer partido implicado no «jogo do poder». Sem que isso envolva menor consideração pessoal, creio que o tema merece ser discutido, e com ele, ainda que de passagem, o do papel dessa nebulosa coisa que se costuma designar por «intelectual de esquerda».

Consciência e tática

Se há coisa que um intelectual, sobretudo «independente», na sua visceral irresponsabilidade a curto prazo, se pode — e deve — permitir, é a de não escamotear os factos que conhece, a de não alimentar ilusões que inequivocamente saiba que o são.

Isto nem deveria ser difícil, quando a esquerda, como projecto global, se acha tão obviamente (tão duradouramente?) afastada do poder político. A angústia que possa provir do reconhecimento deste facto — facto que constitui um dos axiomas de que parto — não deveria toldar a agudeza duma análise tanto mais necessária.

Com efeito, a organizações políticas ou afins empenhadas na luta por um poder que é sempre «relativo» (na medida em que é determinado por relações de força que se

estabelecem a diversos níveis) não se pode exigir que se libertem de considerações tácticas ao exprimir as respectivas posições — eu diria mesmo que, pelo contrário, é na adequação da tática às realidades concretas que residirá o seu sucesso ou insucesso.

Bem diferente, porém, é o papel de intelectuais a quem, de algum modo, compete manter viva e esclarecida uma «consciência de esquerda» — nebulosa expressão, também, mas que na situação portuguesa actual dispensa adjectivos para ser largamente entendida (em 75 havia «esquerda revolucionária», «esquerda socialista», «esquerda militar», etc.; teremos, de resto, entendido alguma coisa?). Ora consciência e tática situam-se em planos diferentes. É frequente que os intelectuais as confundam, tão frequentemente pelo menos quanto confundem o positivo e o normativo — o que, subjectivamente, se propõe ou «projecta» como desejável — aparecem rubricados em análises que finalmente o não são. «Análise de esquerda» e «projecto de esquerda» também se situam em planos (temporais, nomeadamente) distintos. O resultado da sobreposição destes vários planos acaba por ser muitas vezes uma espécie daquilo a que os ingleses chamam «wishful thinking», ou seja pensar-se (escrever-se pensando) em termos não do que é mas do que se desejaria que fosse — mas expondo-o — como se fosse.

Fracções de classe em disputa

Aqui entronca a questão do «presidencialismo de esquerda». Para melhor a situar, começarei por explicitar o axioma acima referido relativo à previsível persistência do afastamento da esquerda do exercício do poder de Estado. É conveniente que se compreenda que aquilo a que tem sido chamado de «recuperação capitalista» é algo que não está nas mãos da esquerda — que estamos a supor globalmente definido como «anticapitalista» — evitar, dadas as relações de forças sociais e políticas prevaletentes. As organizações de esquerda terão de partir desse dado e poderão conseguir retardar o processo, inflecti-lo parcialmente, impedir que ele destrua sem apelo as muitas virtualidades que, por meio de erros sem conta, a esquerda pôde introduzir em 74/75 no sistema político-económico português. Mas o que, em termos de análise, a esquerda não pode esconder a si própria é o facto de que, a nível de poder, o que tem vindo a determinar a tendência das sucessivas crises é um desforço ainda não resolvido entre fracções da burguesia, nenhuma delas, até ao momento, capaz de impor em definitivo a sua hegemonia: uma pequena burguesia aguerida que vê no aparelho do PS (e terá visto temporariamente no do CDS) uma garantia de benesses e frágeis posições de poder, sem projecto nem perspectivas, oscilando entre esquerda e direita ao sabor das circunstâncias — e em que seria um erro grave ver «a esquerda do PS»; uma burguesia que aposta no capital e nos apoios externos, descrente das capacidades de iniciativa privada nacional para suportar um projecto político-económico a prazo — Constância, o sector PS mais fortemente ligado à Internacional Socialista, os «Opções Inadiáveis» do PSD, alguns dirigentes do CDS, seriam os seus «representantes»; uma burguesia «nacional», que suporta um projecto claramente «autoritário», por enquanto sem apoios externos muito significativos, cuja defesa da «independência nacional» tem ressonâncias obviamente retrógradas — Sá Carneiro e os seus caciques, as chamadas «bases» do CDS, os «presidencialistas duros» tipo Barreto, e toda a chamada «direita extraparlamentar» podem incluir-se neste campo, ainda pouco coeso, com a fragilidade dos ressuscitados.

A «capitalização do descontentamento»

Um segundo axioma que, a meu ver, complica seriamente as coisas, do ponto de vista da esquerda, é o de que esta não está em posição de ir muito longe naquilo que tem vindo a ser chamado de «capitalização do descontentamento». Ao distanciar-se abruptamente do Presidente, é isso obviamente o que o PS se propõe fazer, com objectivos eleitorais (ou pelo menos de reforço da sua abalada base de apoio), para além de tal atitude ser também em grande parte uma «reação do aparelho» típica. Simplesmente o PS, com a sua actuação ao longo de dois anos, enterrou sem remissão a sua própria imagem original de «partido de esquerda» e com isso vibrou um golpe imenso na imagem da própria «esquerda», enquanto projecto. Por isso o descontentamento que poderá «capitalizar» não será de esquerda — e o PC só limitadamente o poderá conseguir.

E aqui entendamo-nos de uma vez sobre certas questões «pessoalizadas». Que a esquerda se sirva de um dr. Saías ou de um sr. Alegre, é uma coisa que tem que ver com tácticas, discutíveis, de partidos ou organizações. Mas, do ponto de vista em que aqui nos colocamos, há que precisar que tais figuras não poderão ser confundidas com «homens de esquerda». Um contemporizador, um hesitante, um incompetente, um homem cujo projecto se resume a «estar quieto» ou «não fazer ondas» não pode ser um «homem de esquerda»: pode ser-lhe útil circunstancialmente, mas a prazo é-lhe por certo de grande prejuízo. Idem no que se refere ao manipulador do aparelho, ao «conspirador» nato, ao organizador de «campanhas de repúdio», ao protector de chientelas, cujo vigor antifascista só tem paralelo no vigor anticomunista de tempos atrás.

Se a esquerda dificilmente poderá capitalizar descontentamentos, isso deve-se também a que parte desse descontentamento resulta do

espectáculo oferecido por homens que se têm vindo lamentavelmente a apelar «de esquerda».

Daqui resulta que uma aposta no «quanto pior, melhor» é bastante perigosa para a esquerda. Ao preconizar eleições antecipadas no mais curto prazo parece-nos que a UDP cai nesta armadilha. No entanto, reconhecer este risco, não implica que se adopte a posição inversa, «quanto melhor, melhor» — quanto mais não seja porque não tem sentido prático. Com efeito, se por «melhor» se entende uma melhoria das condições gerais de vida, nomeadamente dos salários reais, uma diminuição do desemprego, um melhor funcionamento dos sectores «sociais» (educação, saúde, transportes, etc.), etc., etc. não tem sentido admitir que a curto/médio prazo vai haver «melhor».

O que esperar do III Governo

Não é em termos de «melhor» ou «pior» que a situação pode ser analisada. Se aceitarmos os axiomas enunciados, é fácil de ver que, nas condições actuais, o III Governo só pode ser mais à direita que o II, cuja laboriosa obra de plena restauração de uma economia de mercado dependente se destina a prosseguir. Isto seja ela de iniciativa presidencial (como patentemente será) ou não. Por isso se não vê como admitir a hipótese de um «presidencialismo de esquerda» ou, ao menos, que um Governo de iniciativa presidencial se possa situar mais à esquerda que o anterior. Os que assim pensam creem provavelmente que a simples «credibilidade» de um Governo que, por não ter «clientelas», não dê o horrendo espectáculo do «favor», da «demagogia barata», da ostentação provinciana, e por aí adiante, poderá contribuir para consolidar, ao menos, a imagem da democracia; e que isso, só por si, já seria útil para a esquerda. Como raciocínio táctico vale o que vale, ver-se-á se for caso disso. Mas que não se confunda isso com a ideia de

que o Governo, ainda que tenuamente, poderá fazer uma «política de esquerda». Ele, de resto, só terá alguma estabilidade se conseguir credibilidade nos meios políticos e financeiros internacionais e, internamente, o apoio de um bloco social que corresponderá sensivelmente à segunda «fracção da burguesia» que acima indicámos, e isso passa por reagrupamentos que não serão fáceis. E convém ter presente que, ao materializar essa hegemonia, um tal governo necessariamente chegaria a um certo «controlo» dos descontentamentos, e quem disso beneficiaria não seria por certo a esquerda.

Pelo que já se disse, é também claro que a eventual oposição do PS a um tal governo só «aparentemente» é de esquerda, o que não impede — pelo contrário — que lhe possa ser proveitoso em termos de «jogo do poder».

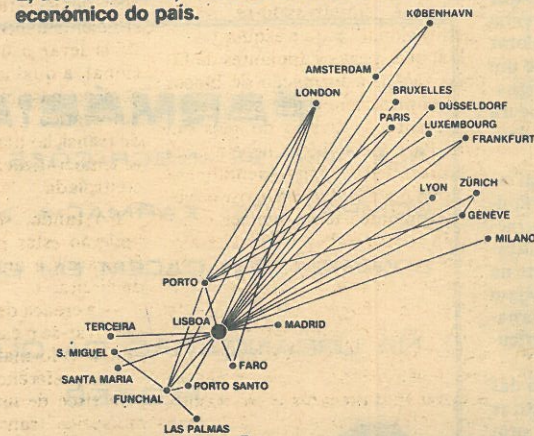
De uma situação destas a esquerda só sairá, se lhe derem tempo, se a uma atitude de «do mal o menos» (e as alternativas serão cada vez mais «duras») substituir uma proposta crível que se comece a desenhar a níveis que estão longe de ser os do poder do Estado. E só lá chegará se privilegiar o estratégico em relação ao táctico, se não esconder factos, se não escamotear dificuldades, se não fomentar ilusões.

A crise da esquerda

Para além das crises de governo, episódios na gradual afirmação de uma classe dominante ainda em busca dos seus contornos e da sua «consciência», a crise da esquerda (mais propriamente a dos seus dirigentes e porta-vozes) é afinal a de um vencido que, em lugar de ganhar forças para a próxima batalha, se passeia nas antecâmaras do vencedor julgando poder influenciá-lo. Entretanto, o que resta das hostes — e não é pouco — espera cá fora e, recebendo apenas uns acenos de esperança pouco convictos, vai-se passando paulatinamente para o vencedor, por não ver melhor perspectiva à sua fente.

De Portugal para a Europa nas rotas da TAP

A TAP é a Companhia que, à partida de Portugal, lhe oferece mais destinos na Europa. Para além da ligação às Comunidades Portuguesas e aos principais centros comerciais europeus, a TAP está sempre a seu lado, através de 38 escritórios em 11 países do Velho Continente. Voando para qualquer dos 21 destinos da TAP na Europa, encontra sempre o acolhimento e o conforto que sabemos proporcionar aos nossos passageiros. E, acima de tudo, voar com a TAP é contribuir para o progresso económico do país.



voe no que é seu. voe com a

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES